

**“Minha própria vivência é minha militância”:
análise da violência sofrida por militantes LGBT em Belém do Pará**

Manoel Rufino David de Oliveira¹

Joyce Leonardo Pontes²

Resumo: o presente estudo visa analisar as violências sofridas por ativistas LGBT no contexto da cidade de Belém, Estado do Pará. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo mediante entrevistas semiestruturadas com cinco pessoas que se identificaram como ativistas LGBT belenenses. Ao final, concluiu-se que a militância LGBT é permeada pela violência, de caráter complexo e multidimensional, que afeta o indivíduo social, interpessoal e intraindividualmente.

Palavras-chave: Violência; Militantes LGBT; Belém do Pará.

“My own life is my militance”: analysis of the violence suffered by LGBT activists in Belém, Pará

Abstract: the present study aims to analyze the violence suffered by LGBT activists who live in Belém, State of Pará. For this purpose, it was realized semi-structured interviews with five people who identified themselves as LGBT activists who live in Belém. In the end, it was concluded that LGBT activism is permeated by a complex and multidimensional violence, which affects the individual at social, interpersonal and intra-individual levels.

Keywords: Violence; LGBT activists; Belém do Pará.

Introdução

Nesse cenário nacional de desmantelamento das instituições democráticas, de desprezo pelos movimentos sociais e pela sociedade civil e de criminalização de defensores e defensoras de direitos humanos,³ os ativistas LGBT enfrentam sérios desafios para realizar seu trabalho, como ameaças, ataques, e

1 Doutorando em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor universitário na Universidade Federal do Pará (UFPA), na Faculdade Facy Devry Belém e na Escola Superior Madre Celeste (ESMAC). E-mail: <manoelrufinoadv@gmail.com>

2 Bacharela em Direito pela Facy (2019), Pós-graduanda em Docência no Ensino Superior, Design Thinking e Marketing Digital pela Uniasselvi (2020). Graduanda em Design Gráfico pela Uninter (2020) Pesquisadora em Direitos Humanos, Direito Constitucional e Slow Content.

3 Segundo a Declaração dos Defensores de Direitos Humanos da ONU, defensor de direitos humanos é “qualquer indivíduo, grupo ou órgão da sociedade que proteja ou promova os Direitos Humanos e Liberdades fundamentais universalmente reconhecidas, bem como que esteja comprometido a denunciar eventuais violações a tais direitos”. Esse conceito foi recebido pelo Brasil, que no artigo 2 da Política Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, conceitua defensor de direitos humanos “todos os indivíduos, grupos e órgãos da sociedade que promovem e protegem os direitos humanos e as liberdades fundamentais universalmente reconhecidos”. Na presente pesquisa, serão utilizadas como sinônimo de defensor e defensora de direitos humanos as terminologias “ativistas” e “militantes”, referindo-se ao conceito semântico de defensor de direitos humanos reconhecido nos citados documentos jurídicos.

estigmatização de suas atividades. Por defenderem uma causa que, muitas vezes, abala e coloca em cheque as estruturas sociais, as práticas tradicionais e a interpretação de preceitos religiosos, esses defensores de direitos humanos acabam por sofrer ameaças sistemáticas em relação aos seus próprios direitos.

A Relatoria Especial da ONU Sobre a Tortura (2001) observou que atuantes dedicados a temas sobre sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero, são geralmente vulneráveis ao preconceito, à marginalização e à rejeição pública, seja por autoridades do Estado, seja por outros atores sociais. Por sua vez, a Relatoria Especial da ONU sobre Defensores de Direitos Humanos (2009) expressou sua preocupação em relação às contínuas campanhas de desprestígio e ameaças violentas contra ativistas LGBT.

Considerando o contexto descrito, esta pesquisa foi motivada pela ausência de literatura acadêmica com ênfase na violência sofrida por defensores e defensoras de direitos humanos, em especial no que tange aos ativistas LGBT. Discutir acerca desse tipo de ativismo é de suma importância, pois as pessoas que atuam nessa área se encontram suscetíveis à violência de forma dupla, tanto pelo fato de serem LGBT, quanto pelo fato de serem defensores de direitos humanos. Dessa forma, este estudo, além de debater e refletir acerca de um tema invisibilizado, objetiva “abrir a mente da academia” para outro ponto relevante da promoção e defesa de direitos humanos.

Com base nas questões arguidas acima, adotou-se como indagação de pesquisa o seguinte questionamento: *em que medida os ativistas LGBT da cidade de Belém, Estado do Pará sofrem violência em razão de sua militância e vivência de gênero e de sexualidade?*

Para responder a essa questão, apontou-se como objetivo geral analisar as violências sofridas por ativistas LGBT no contexto da cidade de Belém, Estado do Pará, e, ainda, como objetivos específicos: compreender a evolução histórica da militância em Direitos Humanos de pessoas LGBT, em especial no contexto da cidade de Belém, Estado do Pará; investigar sob um viés etnográfico as violências sofridas pelos ativistas LGBT atuantes na cidade de Belém, Estado do Pará; e discutir os impactos sofridos pelos ativistas LGBT em razão da violência motivada pela sua militância e sua vivência de sexualidade e de gênero.

Com a finalidade de engrandecer as discussões teóricas presentes nesta pesquisa, optou-se pelo método etnográfico, pois apenas com uma pesquisa de campo é que seria possível compreender de forma concreta as vulnerabilizações sofridas por defensores de direitos humanos LGBT no contexto de Belém, Estado do Pará. Portanto, a análise da experiência desses defensores de direitos humanos, bem como a sua trajetória de militância e as consequências dessa atuação são essenciais para contextualizar a pesquisa. Para tanto, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, com questionamentos previamente elaborados, porém flexíveis, possibilitando aos entrevistados maior fornecimento de informações. A coleta de dados foi realizada com cinco sujeitos de pesquisa que se identificaram como ativistas LGBT e defensores e defensoras de direitos humanos. Além disso, para assegurar os parâmetros éticos da pesquisa, os sujeitos assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ao concordarem com o objetivo da coleta de dados e de sua participação, sendo assegurado o seu anonimato.

Da “festa da chiquita” ao “congresso de homossexuais”: um olhar sobre a história do ativismo LGBT em Belém do Pará

A presente seção tem como intuito analisar os principais movimentos de militância LGBT no âmbito nacional. Este estudo é fundamental para a compreensão da configuração de tais movimentos no contexto regional e local da cidade de Belém, Estado do Pará. A partir desse breve estudo historiográfico, serão analisadas as particularidades atinentes à construção da militância em torno da diversidade sexual no

Estado do Pará, principalmente no contexto da cidade de Belém, ressaltando as características específicas locais desse ativismo.

No contexto nacional brasileiro, a organização do ativismo LGBT ocorreu muito diferente do contexto global, uma vez que a luta pela diversidade sexual enfrentou uma realidade repressiva e autoritária, reflexos da ditadura militar. Para Regina Facchini (2003, p. 84), a história do movimento LGBT brasileiro apresenta-se em três fases distintas: a “primeira onda”, corresponde ao surgimento e expansão do movimento durante o período da abertura política, com o Jornal Lampião da Esquina e o Grupo Somos; a “segunda onda” é fortemente relacionada ao surgimento da epidemia da AIDS nos meados dos anos de 1980; e a “terceira onda” se deu com o fortalecimento de coletivos de homens homossexuais, desde a década de 1990, e com as novas formas de associativismo, a partir dos anos 2000.

A “primeira onda” da consolidação do movimento em torno da diversidade sexual no contexto nacional foi marcada pelo Jornal Lampião da Esquina, editado na cidade do Rio de Janeiro e publicado em diversas cidades desde o final da década de 1970, tornando-se referência para as lutas contra a homofobia no Brasil. Suas temáticas expressavam as reivindicações dos homens homossexuais, as quais giravam em torno de temas tidos como minoritários, por exemplo, o combate à estigmatização dos homens homossexuais, vistos então “como criaturas destroçadas por causa de seu desejo, incapazes de realização pessoal e com tendências a rejeitar a própria sexualidade” (SIMÕES, FACCHINI, 2009, p. 85).

Sob essa perspectiva, alega-se que o movimento LGBT brasileiro surgiu tardiamente em comparação aos movimentos correlatos em outros países, por exemplo, na Argentina, com a fundação do *Nuestro Mundo*, em 1969, e da Frente de Liberação Homossexual Argentina, em 1971, assim como no México e em Porto Rico. Apesar disso, todos esses movimentos em prol da diversidade sexual, tanto o brasileiro quanto os demais sulamericanos, foram influenciados pelo movimento estadunidense e europeu de “gays” e “lésbicas” da década de 70, como nota James Green (2000, p. 455).

É curioso frisar que o surgimento do movimento de homens homossexuais brasileiros se deu como parte da resistência de inúmeros setores sociais à ditadura militar. O primeiro grupo a ser destacado, pertencente à citada “primeira onda” do movimento homossexual brasileiro, é o Grupo Somos. Trata-se do primeiro grupo reconhecido oficialmente como possuidor de uma proposta politizada da “homossexualidade”, em 1978, na cidade de São Paulo, uma vez que o grupo militante em questão era formado apenas por indivíduos homens homossexuais, os quais primavam pela união e coesão, a fim de que o grupo pudesse estar capacitado politicamente.

Conforme ensina Regina Facchini (2005, p. 165), a “segunda onda” teve como marco histórico o aparecimento da AIDS como um elemento exercente de um poder desmobilizador das propostas propagadoras da liberação sexual. Nesse período de declínio, MacRae (1985, p. 390) destaca a atuação de dois grupos que ainda não possuíam expressividade na “primeira onda” do movimento “homossexual”, o Triângulo Rosa e o Grupo Gay da Bahia. Com ambos, inaugura-se um novo tipo de militância, marcada por peculiaridades distintas das pertencentes aos grupos da “primeira onda” do movimento “homossexual”, principalmente em relação ao Grupo Somos e aqueles coletivos do eixo Rio de Janeiro – São Paulo.

Por fim, ainda segundo Facchini, a “terceira onda” desenvolveu-se na década de 90, com o ressurgimento do ativismo homossexual. Houve um aumento da periodicidade dos encontros nacionais dos grupos ligados ao movimento de homens homossexuais, assim como da quantidade de grupos presentes em tais encontros, além da diversificação no que concerne ao formato institucional de tais grupos e de suas propostas de ação. Em 1990, decidiu-se pela distribuição gratuita de medicamentos antirretrovirais na rede pública de saúde, seguida do inédito pronunciamento do então Presidente em relação à epidemia

da AIDS. Ainda com a AIDS em foco, em 1995, os encontros entre os grupos do movimento passam a ser financiados por programas estatais de combate à AIDS.

Enfatiza-se que, a partir da década de 1990, ocorreu uma efervescência do movimento em prol da diversidade sexual, pois coletivos se expandiram para todo o Brasil, constituindo um movimento heterogêneo pautado na pluralidade. Segundo Irineu e Rafael (2008, p. 114), a maior marca do movimento LGBT brasileiro no final da década de 1980 e início da década de 1990 foi a sua nova configuração em Organizações Não Governamentais, isto é, a “ongnização” dos movimentos, havendo um aumento considerável de organizações de enfrentamento à homofobia. Entre outros fatores, o que caracteriza esse processo é a valorização da competência técnica, a profissionalização e a especialização da militância, a busca de autonomia em relação ao Estado e a disputa por recursos para a manutenção de estruturas, tais como sedes, equipamentos e funcionários (CARRARA; RAMOS, 2006, p. 188).

No contexto do Estado do Pará, existem determinadas particularidades atinentes à militância LGBT que carecem de explanação. O Centro de Estudos e Defesa do Negro (CEDENPA) produziu o relatório «Em defesa da vida» (2008), acerca da realidade dos defensores de direitos humanos sob situação de risco e ameaça no Estado do Pará. A partir de um estudo realizado entre maio de 2006 e dezembro de 2007, mediante entrevista com 72 pessoas, foi possível identificar o perfil geral dos defensores de direitos humanos na Amazônia.

Com relação à área de atuação dos defensores, 100% dos entrevistados defendem o direito a terra, ao passo que apenas 9% defendem direitos LGBT (CEDENPA, 2008, p. 73). A partir desses dados estatísticos, percebe-se que o contingente que atua em prol da diversidade sexual no Estado do Pará é baixíssimo, e isto ocorre por diversas razões, entre estas, o grau de vulnerabilidade ao qual essas pessoas estão submetidas, tanto por serem defensores de direitos humanos, quanto por serem minorias sexuais sujeitas à violência e a outras formas de preconceito, conforme entende o CEDENPA (2008, p. 51).

É importante saber que o ativismo LGBT do Estado do Pará possui certas particularidades que o diferenciam do ativismo LGBT do eixo Rio – São Paulo. Enquanto neste eixo o marco inicial são os processos a manifestações artísticas e culturais, no contexto paraense, o ponto de partida é a manifestação popular denominada de “As Filhas de Chiquita”.

Segundo Milton Ribeiro Filho (2014, p. 198), a manifestação “As Filhas de Chiquita” começou entre os anos de 1975 e 1976, com o bloco carnavalesco “Festa da Maria Chiquita”, o qual reunia um grupo de boêmios, intelectuais, acadêmicos, artistas, jornalistas, fotógrafos e curiosos. Foi somente a partir de 1978 que a festa foi transferida para o sábado da Trasladação do Círio de Nazaré,⁴ e devido às mudanças na estrutura e organização, a celebração transformou-se em um dos vários eventos não religiosos que fazem parte do calendário de comemorações religiosas do Círio.

De acordo com Elton Santa Brígida (2016, p. 72), com “As Filhas da Chiquita” surgia o embrião dos movimentos sociais LGBT do Estado do Pará. Sua realização copilava irreverência e miscigenação do religioso e profano e o que era uma simples homenagem ao Círio de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira

4 Como aponta Milton Ribeiro Filho (2014, p. 191), o Círio de Nossa Senhora de Nazaré é uma das maiores festas religiosas do país, agrupando na peregrinação quase 2 milhões de pessoas. A trasladação acontece nas noites do sábado que antecede ao Círio e “leva” a imagem peregrina de Nossa Senhora de Nazaré até a Catedral Metropolitana de Belém (Igreja da Sé), no sentido Nazaré-Cidade Velha. Por sua vez, a procissão acontece no segundo domingo de outubro, pela manhã, e faz o sentido inverso à trasladação, retornando com a imagem para a Basílica de Nazaré, sentido Cidade Velha-Nazaré. Além da procissão principal, durante o mês de outubro, e já no final de setembro, a cidade passa a contar com várias procissões e festejos periféricos ao evento principal, de cunho religioso e profano.

paraense, passou a ser encarada pelo povo como o “grito dos excluídos”. Até hoje no ideário paraense “As Filhas da Chiquita” é reconhecido como a manifestação e festa LGBT mais antiga e tradicional da cidade, sendo até chamada de “Parada LGBT mais antiga do mundo”.

Conforme ressalta Elton Santa Brígida (2016, p. 75), não poderíamos falar de ativismo LGBT em Belém sem ressaltar a importância sócio-histórica e política dessa manifestação cultural. Para Milton Ribeiro Filho (2014), as reflexões acerca de “As Filhas de Chiquita” possibilitam uma análise crítica das interlocuções que o movimento de diversidade sexual possui com as instituições do Estado do Pará, visto que nos últimos anos a festa recebe apoio do poder estatal para a organização e obtenção de recursos, assim como mantém diálogo com órgãos de segurança pública, por conta da organização da Parada do Orgulho LGBT na capital paraense.

Outro momento de grande relevância para a organização do movimento LGBT em Belém foi a realização do “Congresso da Cidade”, projeto de planejamento participativo desenvolvido pela gestão municipal do então prefeito Edmilson Rodrigues, no período de 1997-2004. Foi a partir da realização do Congresso da Cidade que o Movimento Homossexual de Belém (MHB) realizou I e II Congresso de Homossexuais, respectivamente nos anos 2001 e 2002, contando com um modesto número de participantes. Todavia, a iniciativa do movimento foi pioneira e tornou-se um marco histórico para os atuais movimentos de diversidade sexual em Belém do Pará.

Dessa forma, como acentua Elton Santa Brígida (2016, p. 78), foi somente a partir da abertura política de espaços de diálogo com grupos historicamente excluídos por parte da gestão municipal, entre os anos 1997 e 2004, que se construiu a identidade do movimento LGBT de Belém. Diferentemente do contexto nacional, a Região Amazônica esteve nesse período fora da centralidade do associativismo da Região Sudeste do Brasil, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Enquanto o movimento homossexual do sudeste brasileiro avançava na reconstrução da identidade do movimento pós-epidemia da AIDS na década 1980, a organização das minorias sexuais paraenses tiveram uma gênese peculiar, decorrente da manifestação cultural e da abertura de espaços políticos municipais que viabilizaram a construção identitária e social do ativismo LGBT belenense.⁵

Dessa forma, após o surgimento da manifestação cultural das “Filhas da Chiquita” e com efervescência dos movimentos sociais brasileiros e da reabertura de espaços políticos municipais, o Estado do Pará logrou avanços na mobilização LGBT. Ainda, foram constatadas algumas peculiaridades concernentes ao surgimento do movimento homossexual na conjuntura local. Por exemplo, enquanto o movimento paraense surgiu num contexto de manifestações culturais e populares, o movimento homossexual nacional ocorreu em pleno período de redemocratização. Com relação às suas atuações iniciais, o movimento em Belém do Pará já se pautava em ações politizadas, enquanto o movimento pátrio se restringiu a questões sociais.

5 Segundo Elton Santa Brígida (2016, p. 74), os principais movimentos do segmento LGBT que surgiram no Estado do Pará a partir de 1990 foram, entre outros: Movimento LGB; Grupo de Homossexuais do Pará (GHP); Grupo pela Livre Orientação (APOLO); Grupo de Travestis e Transexuais de Belém (GRETТА); Coletivo OLIVIA; Coletivo ELOS; Coletivo ENTRE ELES. Como ressalva o autor, os referidos movimentos de militância LGBT vêm sofrendo constantes críticas por parte da própria militância, referentes à sua imparcialidade, às suas inferências político-partidárias e à ausência de autonomia, uma vez que a maioria dos grupos participa de programas governamentais e possuem afinidades com determinados partidos políticos e governos.

Crônicas de resistência: relatos de violência contra ativistas LGBT em Belém do Pará

Como já exposto na introdução deste trabalho, objetiva-se investigar, sob um viés etnográfico, as violências sofridas pelos ativistas LGBT atuantes na cidade de Belém, Estado do Pará. Dessa forma, com a pesquisa de campo mediante entrevistas semiestruturadas, será possível discutir os impactos sofridos pelos ativistas LGBT, a partir da análise de seus relatos de vivência de sua sexualidade e gênero e da sua atuação como defensor e defensora de direitos humanos. Ressalte-se que, em respeito ao seu anonimato, os sujeitos de pesquisa serão identificados nesta pesquisa pelos nomes de Ignacio, Ángel, Enrique, Pepi e Kika.

O primeiro entrevistado, Ignacio, identifica-se como um homem cisgênero homossexual e tem 35 anos de idade. Ele é integrante de uma Organização Não Governamental que trabalha na defesa dos direitos das minorias sexuais como um todo e tem uma forte atuação em Belém do Pará. Sua trajetória de ativismo LGBT é de mais de 15 anos, e ele pôde acompanhar tanto retrocessos quanto avanços na luta por esses direitos no Estado do Pará.

Por exemplo, Ignacio menciona que acompanhou a conquista da criação da Coordenação de Livre Orientação Sexual (CLOS), em 2008, vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará. Além disso, menciona que integrou a primeira composição do Conselho Estadual da Diversidade Sexual do Estado do Pará e participou da instituição da Carteira de Nome Social (Carteira de Identificação Social), com o Decreto N° 726 de 29 de abril de 2013, que homologou Resolução N° 210/2012 do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP).

Quando questionado sobre a violência em razão de ser militante LGBT, Ignacio enfatizou que o fato de ser uma pessoa LGBT já é um ato político, pois é necessário cotidianamente defender direitos e lutar contra a falta de informação:

Também acho que há uma militância no cotidiano. Se você é LGBT, dependendo do lugar, pegar na mão ou dar um beijo na boca são ações que podem gerar reações muito negativas. Então essas ações se tornam atos políticos por si mesmas. [...] não me recordo de ter sofrido nada por ser defensor de Direitos Humanos, acaba que os espaços onde eu transitei e transito: universidade, espaços de formação de militância são muito abertos a essas pautas. De vez em quando ocorre uma manifestação mais agressiva, principalmente em lugares mais abertos como palestras, rodas de conversas. Mas isso nunca é voltado para a pessoa, mas meio que uma indignação generalizada de quem não entende o que “o pessoal dos direitos humanos” faz. Defender direitos LGBT entra em choque com forças que, para ter atenção e ganhar espaço na mídia, precisam da nossa existência para ter um inimigo contra o qual confrontar. [Sic]

O segundo entrevistado, denominado Ángel, identifica-se como um homem cisgênero homossexual, com 24 anos de idade e ativista majoritariamente acadêmico, já que luta por ocupar os espaços da Universidade Federal do Pará e sempre busca levar as pautas LGBT aos mais variados espaços de produção de conhecimento. Ángel iniciou sua trajetória como ativista em 2011, quando ingressou no curso de Direito, e ao longo da graduação sempre levava pautas LGBT para serem discutidas em eleições no Centro Acadêmico do Curso de Direito (CADEL) e também para o Diretório Central dos Estudantes (DCE).

No ano de 2014, o entrevistado fundou um coletivo estudantil denominado Direito à Igualdade e Valorização das Sexualidades (D.I.V.a.S), que tinha por finalidade estudos e organização de eventos. No ano de 2016, mudou-se para Brasília e participou, por certo tempo, da coletiva Corpolítica e atualmente tem escrito sobre a epidemia de HIV/Aids em Belém e a atuação dos movimentos sociais nesse contexto, temática da sua dissertação de mestrado.

O entrevistado, ao relatar a sua experiência de violência em razão de ser uma pessoa LGBT, levantou uma questão de suma importância: os processos de violência estão presentes em cada indivíduo que pertença a este grupo, mas se materializam de diversas formas:

Sim, mas eu acredito que isso deva ser explicado. A violência cotidiana afeta todas as pessoas LGBT, mas se expressa de forma diferente e isso depende muito de outros marcadores sociais. Já sofri violência cotidiana, fui xingado na rua quando estava abraçado com meu atual namorado na praça Batista Campos em Belém, por exemplo. A escola também foi um lugar de muita violência, mas minha sexualidade era associada a outras marcas como o fato de ser gordo, de ser afeminado. De não ser o “homem típico”. [...] nunca fui ameaçado de morte e acho que isso também se deve aos espaços que ocupo, o discurso é mais sutil. [Sic]

Enrique, terceiro entrevistado da pesquisa, identifica-se como um homem transgênero heterossexual e tem 29 anos de idade. Sua área de atuação são os direitos trabalhistas de mulheres e homens trans, já que luta pela inserção dessas pessoas no mercado de trabalho. A sua trajetória na militância conta com pontos relevantes, entre estes, a presença na luta pela implementação do Ambulatório Transexualizador do Estado do Pará, quando ocupava o cargo de Vice-Presidente do Fórum de Pessoas Trans do Estado do Pará, Secretário Nacional da Rede Nacional de Pessoas do Brasil e Secretário da Rede Trans Pará. Ao ser questionado acerca da violência em razão de ser defensor de direitos humanos, Enrique relata a relação conturbada com sua genitora: “minha mãe é policial militar, disse que a pior vergonha da vida dela era eu ser “desse tipo” (defensor de “bandido”) e que eu era um lixo”.

A quarta entrevistada, nomeada Pepi, identifica-se como uma mulher cisgênero homossexual e tem 23 anos de idade. Com relação à atuação, Pepi se aproximou da pesquisa em estudos de gênero e sexualidade com foco na transexualidade, e apesar de não ter atuação em movimentos sociais, considera-se ativista em razão de seus estudos acadêmicos e sua existência enquanto mulher lésbica. Após a escrita e defesa de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), passou a ser convidada para palestrar sobre a temática de vivências trans e de reconhecimento de direitos para essa população.

Além disso, Pepi relata sua experiência como militante com base na própria violência simbólica e moral que sofreu enquanto mulher lésbica:

Como referi acima, minha própria vivência é a minha militância. Nunca fui agredida fisicamente, porém a violência moral e simbólica sempre fora presente. Demorei mais de 18 anos pra aceitar a minha sexualidade e começar a viver publicamente como mulher lésbica. Durante o ensino fundamental e médio sofri muito bullying, como ter que ouvir que eu não era mulher, por conta da minha voz e personalidade. Além de ser constantemente questionada quanto a minha sexualidade, por isso reneguei o fato de ser lésbica, era algo que eu não queria ser. Atualmente, apesar de mais confiante e segura, ainda escuto alguns comentários preconceituosos e olhares de reprovação na rua [Sic]

A entrevistada deixa claro que as violências moral e simbólica são um tipo de violência mais sutil, mas que trazem consequências seríssimas para a vítima, principalmente quanto à percepção de si mesma, diante do conflito que se põe diante dela: de um lado, a sua afetividade e sexualidade, que não é aceita como “normal” pela sociedade; de outro, a concepção de que não existe outro tipo de conduta afetivossexual senão a heterossexual. Pessoas LGBT estão inseridas num conjunto imbricado de processos de demonização, de psiquiatrização e patologização, de discriminação e de criminalização, e acabam sendo vítimas de um ciclo de violência perpétuo.

Por fim, a última entrevistada, Kika, identifica-se como uma mulher cisgênero homossexual e tem 22 anos de idade. Seu envolvimento com a militância se deu com estudos feministas, pois, a partir de processos de autoanálise e frustrações, descobriu o movimento de mulheres negras e transativistas. Após integrar esses movimentos e acentuar suas reflexões, Kika percebeu que estava lutando por direitos alheios

à sua própria vivência – gays, bissexuais, transexuais, idosos, pessoas com deficiência, e desde então viu a necessidade de centrar sua atuação em mulheres lésbicas, em virtude da grande invisibilidade a que estas estão sujeitas.

A entrevistada, enquanto mulher lésbica, foca seus estudos e seu ativismo político na luta contra a “lesbofobia”, termo que usa ao se referir à violência e discriminação sofrida por estas:

[...] Já sofri lesbofobia quando várias vezes me “internaram” em eventos evangélicos e lá sofri várias discriminações e insultos morais por eu ser lésbica e por tentarem corrigir pessoas como eu. [...] Já sofri lesbofobia quando em uma sala, no local que eu trabalhava, com diversos advogados e advogadas, além de outros servidores, iniciou-se uma conversa sobre como era danoso pra sociedade ser homossexual e o quanto Deus desaprovava ou o quanto os filhos/filhas levariam surra caso resolvessem seguir “essa vida”. Tudo para que eu escutasse pois sabiam que eu sou lésbica. [...] não posso segurar a mão da mulher que eu gosto caso não estejamos nos sentindo seguras, ou seja, quase sempre. Não posso beijar publicamente por riscos de apanhar ou até mesmo morrer. Já sofri lesbofobia quando zombaram da minha luta e da minha pesquisa, que envolve unicamente mulheres lésbicas, por sempre acharem que é menos importante. [...] já sofri lesbofobia quando fui estuprada por uma pessoa próxima por acreditar que a minha sexualidade poderia ser corrigida com seu pênis. [Sic]

O relato, além de resumir as violências mais comuns que uma mulher lésbica sofre, deixa claro que existe um discurso discriminatório, pois considera a lesbianidade como algo a ser corrigido, passível de tratamento e até mesmo de estupro corretivo. É bastante comum que mulheres lésbicas sofram este tipo de violência sexual, seja para “corrigir” sua sexualidade, seja para demonstrar o poder masculino, deixando sequelas psicológicas para a vida toda.

Ao ser questionada acerca da violência que sofre em razão de ser defensora de direitos humanos, Kika resgatou temáticas atualmente muito discutidas, que são os ataques virtuais e a falta de informação sobre o trabalho realizado por um ativista social:

Muitas vezes e de diferentes formas. Mas isso acontece mais pela internet. Pessoalmente eu vivo em “uma bolha” e por parecer meio durona e brava, poucas são as pessoas que tentam falar algo direto a mim. Já ouvi que eu só defendo bandidos, que vou queimar no inferno por defender sapatão, e por aí vai. Mas sabem eles que até o direito de ter propriedade privada, ou seja, a casa própria protegida e regulada pelo Ordenamento Jurídico, é coisa dos Direitos Humanos [Sic]

A partir desses cinco relatos, verifica-se que existe uma triste coincidência entre ser um ativista de diversidade sexual e uma pessoa vítima de violência. A CIDH (2011, p. 203) observa que defensores e defensoras de direitos humanos de pessoas LGBT são mais vulneráveis à violência devido a três fatores. Em primeiro lugar, eles são mais vulneráveis à violência pela sua sexualidade e seu gênero. Em segundo, sofrem formas adicionais de vulnerabilidade à violência em virtude de seu papel como defensores de direitos humanos e das causas específicas que defendem. Por fim, eles enfrentam níveis alarmantes de vulnerabilidade à violência criados pela interseção de sua sexualidade e/ou gênero, seu papel de defensores e as causas que defendem.

A CIDH (2011, para 328) observou com preocupação um aumento no número de atos de agressão, assédio, ameaças e campanhas para desacreditar, lideradas por atores estatais e não estatais contra as pessoas que defendem a diversidade sexual, em comparação com o ano de 2006, quando a CIDH publicou seu primeiro relatório regional sobre a situação de defensores e defensoras de direitos humanos nas Américas. A CIDH (2015, p. 205) também recebeu informação inquietante sobre atos de violência física e verbal perpetradas contra defensores e defensoras de direitos humanos de pessoas LGBT por outros grupos durante o Quadragésimo Quinto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA realizado em 2015.

Em particular, um dos problemas enfrentados por esses defensores e defensoras de direitos humanos é que seu trabalho não é necessariamente reconhecido como legítimo. Isto aumenta tanto a atmosfera de hostilidade que cerca estas organizações, quanto a rejeição de suas atividades, conforme defende a CIDH (2011, p. 335). Além disso, os ataques a suas vidas têm um efeito multiplicador que impacta mais além do que apenas a vítima em questão. Quando acontece um ataque em represália à sua atuação política, isso provoca um efeito intimidador naquelas pessoas vinculadas à defesa e promoção dos direitos humanos, o que diminui de maneira concreta as possibilidades de realizar esse trabalho.

A CIDH (2015, p. 205) tem reiterado que o homicídio de um ativista LGBT, assim como de qualquer defensor ou defensora de direitos humanos, provoca medo naquelas pessoas que defendem e promovem direitos, e naqueles cujos direitos são promovidos e defendidos, o que resulta na perpetuação das violações cometidas contra grupos vulneráveis e seus defensores. Organizações ressaltaram que esses assassinatos demonstram, na prática, fatores de dissuasão das atividades de defensores e defensoras na região, ao gerar um medo constante nessas pessoas. Esse medo é exacerbado pela impunidade desses ataques, a qual implica a perenidade desse ciclo de violações aos direitos humanos dos ativistas.

Análise dos níveis de impacto da violência sofrida por militantes LGBT na cidade de Belém, estado do Pará

Uma vez apresentados os relatos de vivência e militância dos sujeitos de pesquisa, a partir dos quais se discutiu brevemente a complexidade da violência sofrida por esses ativistas, serão investigados os impactos decorrentes dessa violência. Com base nos dados etnográficos, será possível arguir a existência de três níveis de impacto causados pela violência: impactos causados em nível social; impactos causados em nível interpessoal; e impactos causados em nível intraindividual.

Em primeiro lugar, a partir dos relatos de vivência e militância dos sujeitos de pesquisa, foi possível identificar *impactos em nível social* na vida desses sujeitos em decorrência da violência a que são sujeitos, pois todos os entrevistados mencionaram determinadas mudanças no estilo de vida frente às ameaças e violências sofridas. Seja pelo fato de serem pessoas LGBT, seja pelo fato de serem militantes pela diversidade sexual, os sujeitos de pesquisa expressaram um impacto severo na sua sociabilidade.

Esse impacto pode ser melhor observado na fala de Kika. Apesar de se impor diante de situações de violência, reconhece que a maioria das pessoas tem uma tendência a se “recolher” e evitar interações sociais para não sofrer violência. No caso da entrevistada, sua dificuldade em socialização está relacionada aos homens:

Sou uma pessoa muito impulsiva e radical em várias questões. É preciso que haja uma ameaça muito grande para que eu me recolha. Normalmente a minha resposta é gritar mais alto e estar mais à frente das situações, o que me deixa por muitas vezes bem vulnerável, mas é uma coisa minha. Eu só me recolho realmente quando me sinto muito ameaçada por homens, tenho pavor de todos eles, e com razão. [Sic]

O relato de Ángel, homem cisgênero homossexual, demonstra outra consequência à sociabilidade: o fato de nunca estar completamente relaxado. Segundo o entrevistado, o ativista LGBT está sempre vigiando o seu entorno, pois sabe que nunca está seguro e que, eventualmente, poderá ser vítima de violência física ou psíquica por parte da sociedade. E desse ponto nasce a necessidade de se buscarem semelhantes, para se sentirem menos ameaçados e menos neste estado de vigilância constante:

Nunca fiz terapia para conseguir expressar melhor quais foram esses impactos, mas existem mudanças sutis que você faz no seu comportamento para minimizar a possibilidade de violências. Uma espécie de vigilância constante, de policiamento do perímetro. Eu nunca abraço meu namorado em público sem checar se o entorno é seguro, sem olhar para os lados e isso é extremamente exaustivo porque precisa ser

feito o tempo todo. É como nunca relaxar, há um privilégio de estar relaxado em público com a pessoa que você gosta e esse privilégio é da heterossexualidade, estar com amigos em público e ser você mesmo também entra nessa questão. Acaba que não importa o quão desconstruído e consciente você seja, você sempre se policia e não pensa só por você, mas por toda a coletividade. Quando encontrei meus amigos e amigas e nós nos reconhecemos, essa é a principal mudança. Você só quer andar, sair, se relacionar com essas pessoas porque o esforço e a vigilância são sensivelmente menores. [Sic]

Já Ignacio, que também é homem cisgênero homossexual, considera como positivas as consequências dos impactos sociais, pois criaram mecanismos de defesa que antes não tinha conhecimento. Hoje, ele se reconhece um ativista mais ativo, no sentido de conhecer os seus direitos e saber como utilizá-los, e isto é um instrumento poderoso contra a violência direcionada aos militantes LGBT, como ele mesmo relata: «Adquiri mecanismos de defesa antes desconhecidos, correr atrás dos meus direitos, ser mais aguerrido no combate a qualquer tipo de intolerância seja ela por credo, cor, machismo, ou orientação sexual» [Sic].

Em segundo lugar, além dos impactos em nível social, também foram verificados *impactos em nível interpessoal* na vida do militante LGBT, uma vez que os sujeitos de pesquisa foram uníssonos em apontar mudanças nas relações com familiares e colegas de trabalho, em razão das ameaças e das violências sofridas tanto por serem defensores ou defensoras de direitos humanos, quanto por serem pessoas LGBT. Nesse sentido, Enrique relatou sua experiência desses impactos em relacionamentos íntimos, e deixa claro que, para minimizar as violências de que são vítimas, os ativistas LGBT precisam abdicar de certas relações interpessoais: “Hoje em dia minhas relações são mais seletivas, tenho evitado certos tipos de lugares e pessoas para o bem do meu bem-estar mental. Com a família passei a ter uma relação muito distante, principalmente com a minha mãe” [Sic].

Já o relato de Ángel demonstra a importância que tem a aceitação da família e a força que esta representa na vida de um militante LGBT. Estar em um ambiente em que as pessoas lhe direcionam afeto, confiança e compreensão é indispensável:

Sempre me assumi nos locais em que fiz estágio, nunca tive problemas com isso. A família acabou descobrindo naturalmente sem que eu precisasse sair do armário ou coisa parecida. Meus pais são pessoas muito esclarecidas e sensíveis. Os amigos entram nessa categoria de grupos, acho que são pessoas que nos reconhecem e que nós reconhecemos sem muito esforço. Compartilhar isso é uma parte fundamental de se identificar enquanto LGBT, daí acho que vem a ideia de comunidade. Os relacionamentos são um caso especial na construção desses vínculos de se reconhecer nos outros. Meus namorados foram e são pessoas que pensam de forma mais ou menos parecida com a minha, que expressam as mesmas preocupações. Quando não são assim, acaba que esse reconhecimento não ocorre, e não vira namorado. Ter o apoio de família e amigos é fundamental para que essas violências, principalmente o acúmulo das violências cotidianas, seja suportável. [Sic]

Por sua vez, apesar de a militância gerar restrições nas relações pessoais, o relato de Ignacio suscitou reflexões sobre a possibilidade de esses impactos contribuírem para o amadurecimento e a compreensão de habilidades pessoais que nunca pensaram ter. No caso do entrevistado, em vez de levantar aspectos negativos de suas vivências, ele focou sua resposta no quanto suas relações pessoais se tornaram mais fortes: “Estou sendo mais respeitado e aceito pela minha orientação sexual por saber me impor sempre que preciso” [Sic].

Por fim, apontam-se como mais uma das consequências da violência contra militantes LGBT os *impactos em nível intraindividual*, tais como mudanças de humor, problemas com autoestima e prejuízos na saúde mental em geral. As mudanças psicológicas são as mais complexas de se compreender justamente por serem subjetivas. No entanto, diversos sentimentos são observados com frequência por esses agentes, como frustração, medo intenso, angústia, baixa autoestima, sinais de suicídio e depressão. Contudo, é inegável que a violência gera efeitos negativos na saúde mental das vítimas.

Nesse sentido, Ángel relata, como impactos na saúde mental, a questão de autoestima, as experiências afetivas infrutíferas e o estado de vigilância, este último por causar esgotamento mental de estar sempre em alerta sobre potenciais violências, principalmente em ambientes públicos:

Como eu disse, nunca fiz terapia para conseguir expressar isso melhor. Crescendo como LGBT tive diversos problemas de autoestima, problemas com meu corpo, com relacionamentos ruins, mas nada que tivesse diretamente a ver com minha atuação mais institucional ou política em movimentos sociais. O estado de vigilância constante é um problema que eu identifico como exaustivo, pouquíssimas vezes eu me senti realmente relaxado em público enquanto estava com um “crush” ou com namorados. Acho que já até existem pesquisas sobre, mas não estou familiarizado. [Sic]

Com relação aos impactos intraindividuais, Enrique levantou a questão da oscilação da autoestima: “Saúde mental ficou um pouco abalada, foi difícil até aceitar que a família também pode adoecer e ser abusiva. Autoestima é uma montanha russa, não só por isso mas creio que por todo o histórico. Inclusive social” [Sic]. Já Ignacio menciona impactos positivos, os quais importam em maior empoderamento, diante de ter como aliadas as ferramentas do conhecimento e dos direitos propriamente ditos, somando-se à experiência da militância pela diversidade sexual: “Sou muito mais seguro agora de mim mesmo, empoderamento é essencial para uma vivência de autoaceitação” [Sic].

Conclusão

A partir dos pontos arguidos ao longo do trabalho, conclui-se que a militância LGBT brasileira foi um processo tardio em comparação aos outros países da América do Sul, desenvolvido em três momentos diferentes do século 20 e centrado no eixo Rio de Janeiro - São Paulo. Quando se fala da história do associativismo LGBT paraense, atesta-se que essa militância surgiu a partir da expressão cultural e celebrações regionais, tais como a “Filhas da Chiquita” no Círio de Nazaré. Essa militância cultural em torno da diversidade sexual foi posteriormente articulada com entidades e espaços políticos municipais, que fortaleceram a institucionalização desse movimento.

Ademais, com base nos relatos etnográficos expostos, verifica-se que a militância LGBT é permeada pela violência, motivada tanto em razão de os sujeitos serem defensores e defensoras de direitos humanos, quanto em razão de esses sujeitos terem vivências de sexualidade e gênero dissidentes. No caso dos ativistas LGBT de Belém do Pará, é visível o caráter complexo e multidimensional dessa violência, que afeta o indivíduo em níveis sociais, interpessoais e intraindividuais e que implicam prejuízos no estilo de vida, nas relações pessoais e na saúde mental dos militantes.

De forma sintetizada, os impactos no nível social estão relacionados às restrições de sociabilidade como forma de proteção dessas violências. Os militantes relataram que evitam se relacionar com determinadas pessoas que são geralmente associadas como perpetradoras da violência, tais como homens heterossexuais. Evitam também visitar lugares que sejam inseguros para minoriais sexuais. Contudo, os entrevistados mencionaram que essas violências não geram apenas consequências negativas à sociabilidade, pois os militantes LGBT acabam criando um forte senso de “comunidade» entre seus pares, privilegiando relações com pessoas, as quais entendem as violências que envolvem a vida de um ativista.

Os impactos no nível interpessoal, por sua vez, envolvem uma postura defensiva em relação aos familiares e colegas de trabalho, que, muitas vezes, não compreendem a vida de um ativista e hostilizam a pessoa em razão de sua sexualidade. Em contraponto, foi observada a importância da aceitação e do apoio da família e amigos, de forma a criar um ambiente onde o indivíduo seja bem quisto. Um ponto positivo

acerca desses impactos é o fato de os entrevistados terem se tornado mais respeitados por seus colegas de trabalho e familiares, uma vez que aprenderam a se impor diante de situações de violência.

Por fim, constatou-se que o prejuízo à autoestima foi um dos fatores mais mencionados em relação aos impactos no nível intraindividual, tendo em vista a abusividade da família e os ataques sofridos em público. Além disso, foram observados prejuízos na saúde mental, decorrentes do estado de vigilância constante, uma vez que os ativistas LGBT não conseguem relaxar por estarem sempre em alerta quanto a uma possível violência ou ameaça iminente. Apesar disso, os entrevistados mencionaram que o ativismo pela diversidade sexual também acarreta aspectos positivos à subjetividade, pois a defesa dessa causa é responsável pela emergência do sentimento de “empoderamento”.

Dessa maneira, no contexto dos militantes LGBT de Belém do Pará, é inegável a complexidade dos processos de violência de que são vítimas, pois esta gera impactos diversos que reverberam na vida social, nas relações interpessoais e na saúde mental dessas pessoas. Contudo, os entrevistados mencionaram várias estratégias de ressignificação desses processos de violência, criando oportunidades de fortalecimento da sociabilidade, de estreitamento das relações íntimas e de empoderamento individual. Como bem resume um dos entrevistados, “nós (militantes LGBT) não somos apenas vítimas de violência, nós somos agentes de resistência” [Sic].

Referências

- CARRARA, S.; RAMOS, S. A Constituição da Problemática da Violência contra Homossexuais: a Articulação entre Ativismo e Academia na Elaboração de Políticas Públicas. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, v. 16, n. 2, p. 185-205, 2006.
- CENTRO DE ESTUDOS E DEFESA DO NEGRO (CEDENPA). **Em defesa da vida: A realidade dos(as) Defensores(as) de Direitos Humanos sob situação de risco e ameaça no Estado do Pará**. Belém: CEDENPA, 2008.
- COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Segundo relatório sobre a situação das defensoras e defensores de direitos humanos nas Américas**. 2011.
- COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Violência contra Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo nas Américas**. 2015.
- FACCHINI, R. **Sopa de Letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FACCHINI, R. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP)*, Campinas, v. 10, n. 18/19, p. 79-123, 2003.
- FACCHINI, R. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. *Bagoas: Revista de Estudos Gays*, v. 1, p. 131-158, 2009.
- FILHO, M. R. da S. “Eu sou a filha da Chiquita Bacana...”: notas antropológicas sobre a Festa da Chiquita em Belém do Pará. *Gênero na Amazônia*, v. 6, p. 183-212, 2014.
- GREEN, J. N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: editora da UNESP, 2000.
- IRINEU, B. A.; RAFAEL, J. C. Homossexualidade e políticas públicas em tempos de neoliberalismo: retratos do movimento LGBT no Brasil do governo Lula. *Cadernos de Serviço Social*, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, ano I, n.01. São Paulo, 2008.
- ROZARIO, E. S. B. do. Para além das plumas e paetês: a atuação do movimento LGBT de Belém-PA no enfrentamento à LGBTfobia. 2016. **Dissertação** (mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. **Na trilha sonora do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório do Relator Especial sobre a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. A/56/156**. 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório sobre defensores de direitos humanos do Representante Especial do Secretário Geral, E/CN.4/2001/94**. 2009.

Recebi do em: 28/10/2020

Aprovado em: 11/02/2021